



---

## **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA  
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO  
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

---

São Paulo, 15 de julho de 2020.

Ao  
**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
São Paulo - SP

Atenção do Sra. Samira Bueno

Prezados

Estamos encaminhando a V.Sas. 02 (vias) vias de nosso relatório contendo as Demonstrações Financeiras do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,



**MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.**  
**CRC 2SP033482/O-3**

**Marcos Vinicius Bernardo**  
**CT CRC Nº 1SP258014/O-0**

---

**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO  
DO AUDITOR INDEPENDENTE**

---

**Páginas**

<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....</b>	<b>2</b>
 <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	
Balanço Patrimonial.....	6-7
Demonstração do Resultado .....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
 <b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	
<b>11</b>	

---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

Aos Administradores e Conselheiros do  
**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes da limitação descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

**Base para opinião com ressalva**

Conforme descrito na nota explicativa nº 9, os recursos recebidos de contratos firmados para a realização de projetos são registrados no passivo circulante, na rubrica “Projetos a Realizar” e, posteriormente, reconhecidos no resultado, como receitas, de acordo com o regime de competência contábil, na medida em que os recursos são aplicados aos respectivos projetos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Projetos a Realizar está a menor em R\$ 526.131 em relação aos controles auxiliares. Até o encerramento de nossos trabalhos não foi concluída a conciliação do saldo com referido controle, não sendo possível avaliar eventuais efeitos resultantes da conciliação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

---

**Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional**

O patrimônio líquido do **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** encontra-se negativo em R\$ 258.877, bem como o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 22.003. Conforme a nota explicativa nº 01, alinhado ao seu contexto operacional e dentro dos objetivos institucionais, para manutenção de suas atividades operacionais, a Administração descreve as medidas que vêm sendo tomadas e implementadas visando o equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Entidade, por meio da captação de doações, aporte de recursos e projetos. A continuidade das atividades depende do sucesso dessas medidas. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 15 de julho de 2020.

**MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.**  
**CRC 2SP033482/O-3**



**Marcos Vinicius Bernardo**  
**CTCRC Nº 1SP258014/O-0**

**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA****BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em Reais)**

		<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>		
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.540.542	580.505
Contas a Receber	5	126.133	328.194
Impostos a Recuperar		12.009	51
Outros Créditos		23.693	14.457
<b>Total do Circulante</b>		<b>2.702.377</b>	<b>923.207</b>
<b>Não Circulante</b>			
Títulos de Capitalização		30.000	-
Depósitos Judiciais		9.189	9.189
Imobilizado	6	36.974	50.167
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>76.163</b>	<b>59.356</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.778.540</b>	<b>982.563</b>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA****BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em Reais)**

		<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>		
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		35.828	22.718
Obrigações Trabalhistas	7	151.896	138.798
Obrigações Tributárias		19.286	40.464
Projeto Ministério da Justiça	8	201.373	340.032
Projetos a Realizar	9	2.315.697	866.094
Outras Obrigações		300	-
Receita Diferida		-	165.000
<b>Total do Circulante</b>		<b>2.724.380</b>	<b>1.573.106</b>
<b>Não Circulante</b>			
Provisão para Contingências	10	313.037	299.994
		<b>313.037</b>	<b>299.994</b>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>	11		
Patrimônio Social		(890.537)	(442.365)
Superávit (Déficit) do Exercício		631.660	(448.172)
<b>Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>		<b>(258.877)</b>	<b>(890.537)</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>		<b>2.778.540</b>	<b>982.563</b>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em Reais)**

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas Operacionais</b>			
<b>Com Restrição</b>			
Projetos Privados	3-j.1	3.640.296	1.341.993
		<b>3.640.296</b>	<b>1.341.993</b>
<b>Sem Restrição</b>			
Prestação de Serviços	13	348.455	659.455
Trabalho Voluntário	14	-	12.227
Anuidades		37.988	34.663
Doações		438.157	560.178
Receitas Financeiras	17	41.177	9.640
		<b>865.777</b>	<b>1.276.163</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesas com Pessoal	15	(918.031)	(889.215)
Despesas Gerais e Administrativas	16	(2.898.111)	(2.073.424)
Despesas Tributárias		(8.905)	(2.082)
Provisão para Contingências	10	(13.043)	(60.000)
Despesas Financeiras	17	(36.500)	(29.649)
Trabalho Voluntário (Despesas)	14	-	(12.227)
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais		177	269
		<b>(3.874.413)</b>	<b>(3.066.328)</b>
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>		<b>631.660</b>	<b>(448.172)</b>

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em Reais)**

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(231.603)</b>	<b>(210.762)</b>	<b>(442.365)</b>
Transferência do Déficit para o Patrimônio Social	(210.762)	210.762	-
Déficit do Exercício	-	(448.172)	(448.172)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(442.365)</b>	<b>(448.172)</b>	<b>(890.537)</b>
Transferência do Déficit para o Patrimônio Social	(448.172)	448.172	-
Superávit do Exercício	-	631.660	631.660
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(890.537)</b>	<b>631.660</b>	<b>(258.877)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em Reais)**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Atividade Operacional</b>		
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>	<b>631.660</b>	<b>(448.172)</b>
<b>Ajustes no Superávit (Déficit)</b>		
Depreciação e Amortizações	13.193	10.781
Provisão para Contingências	13.043	60.000
Bens Recebido por Doação	-	(26.948)
<b>Superávit (Déficit) Ajustado</b>	<b>657.896</b>	<b>(404.339)</b>
<b>(Aumento) e Redução do Ativo</b>		
Contas a Receber	202.061	(327.581)
Impostos a Recuperar	(11.958)	(51)
Outros Créditos	(9.236)	(14.457)
Títulos de Capitalização	(30.000)	-
Depósitos Judiciais	-	(9.189)
<b>Aumento e (Redução) do Passivo</b>		
Fornecedores	13.110	11.967
Obrigações Trabalhistas	13.098	(37.491)
Obrigações Tributárias	(21.178)	4.420
Projetos Ministério da Justiça	(138.659)	339.467
Projetos a Realizar	1.449.603	624.085
Outras Obrigações	300	(3.816)
Receita Diferida	(165.000)	165.000
<b>Fluxo de caixa gerado pela atividade operacional</b>	<b>1.960.037</b>	<b>348.015</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.960.037</b>	<b>348.015</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	580.505	232.490
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício</b>	<b>2.540.542</b>	<b>580.505</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

---

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA** (“Entidade” ou “Fórum”) é uma associação de direito privado, apartidária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional, tendo como objetivo social a promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, por meio de ações que facilitem o intercâmbio e a difusão de ideias e conhecimentos para o aperfeiçoamento da organização policial, das práticas policiais e dos serviços de segurança pública no Brasil, a fim de promover a redução da criminalidade, da violência e da sensação de insegurança da sociedade.

Para cumprimento de seu objetivo social, o Fórum observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sem qualquer discriminação de etnia, cor, sexo, opção sexual, região ou religião, podendo desenvolver as seguintes atividades:

- manutenção da Entidade como um espaço institucional para a colaboração continuada entre policiais, gestores, pesquisadores e lideranças sociais comprometidos com o tema da segurança no Brasil;
- realização de pesquisas e estudos na área da atuação policial e das políticas e programas de segurança no Brasil;
- produção e edição de publicações, manuais e materiais didáticos relacionados à sua missão;
- realização de cursos, oficinas e outras iniciativas adequadas à disseminação no plano nacional de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes na área da segurança pública, em especial nas atividades de policiamento;
- articulação de parcerias com entidades de direito público e privado na área de atuação da Entidade;
- outras atividades que se mostrem adequadas para a realização dos objetivos gerais do Fórum ao longo da sua atuação.

Para a continuidade operacional, diante da crise financeira que atinge a entidade, cujo agravamento se deu ao longo de 2017, a administração vem adotando como principais medidas:

- Renegociação de contratos, redução e / ou troca de fornecedores.
- Redução de custos fixos e folha de pagamento.

- Diversificação das fontes de receitas, priorizando o diálogo com o setor privado
- Revisão da estratégia de captação e criação de um conselho consultivo que apoie a diretoria executiva nas estratégias de captação de recursos.

## **2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002 (R1)"), combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no. 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("NBC TG 1000 (R1)").

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o déficit do exercício é igual ao déficit abrangente total.

### **b. Imunidade tributária**

A Entidade está cumprindo todos os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional - CTN, o qual torna imunes as instituições que não distribuem os resultados e que aplicam seus recursos em território nacional. A Entidade também se enquadra na Lei nº 9.790/99 da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, a qual permite a remuneração dos cargos de diretoria a valor de mercado.

### **c. Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1), a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

- PIS sobre as receitas, havendo incidência do PIS sobre folha de pagamento.
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

#### **d. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

#### **e. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **a. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**b. Contas a Receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado seguindo o regime de competência.

A Administração da Entidade considera que o saldo da conta cliente será totalmente recebido, sendo assim, optou por não registrar essa estimativa.

**c. Imobilizado**

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração

**d. Intangível**

Corresponde a Softwares, os quais estão avaliados pelo custo de aquisição e reduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. O ativo intangível encontra-se totalmente amortizado.

**e. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

**f. Projetos a Realizar**

Referem-se a contratos firmados para a realização de projetos com instituições privadas. Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas, quando não aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.



**g. Provisão para Demandas Judiciais**

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**h. Passivos circulantes e não circulantes**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

**i. Patrimônio Líquido**

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

**j. Apuração do Resultado**

O resultado foi apurado segundo o regime de competência.

**j.1 Receitas com restrições**

As receitas obtidas com a celebração e execução de projetos que implicam em contrapartidas para a organização (entrega de produtos, pesquisas, atividades e prestações de contas). São registradas na conta projetos a realizar no passivo circulante e, na medida em que as ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas em conta de resultado própria.

**j.2 Receita sem restrições**

As receitas sem restrições (prestação de serviços, anuidade e doações sem contrapartida específica) são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
<b>Sem restrição</b>		
Caixa	3.000	-
Bancos	4.304	163.865
Aplicações Financeiras	1.298.472	1.684
	<b>1.305.776</b>	<b>165.549</b>
<b>Com restrição</b>		
Bancos	15.049	74.359
Aplicações Financeiras	1.219.717	340.597
	<b>1.234.766</b>	<b>414.956</b>
<b>Total</b>	<b>2.540.542</b>	<b>580.505</b>

Os saldos de caixa e bancos são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os recursos com restrição, referem-se aos recursos recebidos por meio de contratos firmados para a realização dos projetos descritos nas Notas Explicativas nº 8 e 9.

#### 5. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Contribuições a Receber	675	47.613
Prestação de Serviços a Receber	125.458	15.301
Projetos a receber	-	312.280
(-) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(47.000)
	<b>126.133</b>	<b>328.194</b>

#### 6. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa de	2018	Adições	2019
	Deprec. a.a. %			
Instalações	10%	14.372	-	14.372
Máquinas e Equipamentos	10%	2.100	-	2.100
Móveis e Utensílios	10%	62.467	-	62.467
Equipamentos de Informática	20%	93.861	-	93.861
Equipamentos de Telefonia	10%	3.302	-	3.302
<b>Total Custo</b>		<b>176.102</b>	<b>-</b>	<b>176.102</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(125.935)</b>	<b>(13.193)</b>	<b>(139.128)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>		<b>50.167</b>	<b>(13.193)</b>	<b>36.974</b>

O ativo imobilizado da Entidade está livre de garantias ou penhor.

## 7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2019	2018
Salários a Pagar	15.717	3.181
INSS a Pagar	16.488	15.504
FGTS a Pagar	10.462	7.014
Contribuição Sindical	-	187
PIS sobre Folha	2.624	2.697
IRF sobre Folha	36.784	33.101
Provisão de Férias	69.821	77.114
<b>Total</b>	<b>151.896</b>	<b>138.798</b>

## 8. PROJETO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Durante o exercício de 2017, o Fórum Brasileiro firmou o termo de fomento nº 852618/2017, denominado “Fundo de Direitos Difusos - Aprimorando o papel das polícias no enfrentamento à violência contra a mulher” executado em parceria com o Ministério da Justiça, com o objetivo de contribuir para a articulação entre os diversos segmentos para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Os valores de repasses recebidos e sua destinação estão demonstrados a seguir:

Descrição	2019	2018
<b>No início do exercício</b>	<b>340.032</b>	-
Recurso Recebido	-	340.032
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.762	-
Gastos com custeio das atividades	(144.421)	-
<b>No final do exercício</b>	<b>201.373</b>	<b>340.032</b>

## 9. PROJETOS A REALIZAR

Por força dos contratos firmados para a realização de projetos, a Entidade está obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são periodicamente avaliados por meio de prestações de contas submetidas às instituições privadas. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer na devolução dos recursos recebidos.

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas quando aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua respectiva movimentação:

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>Ingressos de Recursos</b>	<b>Utilização de Recursos</b>	
			<b>2018</b>	<b>2019</b>
Avon	85.003	607.500	(642.663)	49.840
OSF/OR2018/48584	-	1.988.700	(1.463.087)	525.613
Ford 133384	-	621.900	(258.271)	363.629
Oak Foundation	-	680.785	(132.079)	548.706
Comissão Arns	-	420.800	(25.453)	395.347
CNJ BRA/18/19	-	183.600	(63.013)	120.587
OSF 2019/41615	129.400	-	(129.400)	-
OSF 2019/42287	336.868	472.483	(497.857)	311.494
Caixa Seguradora 178/2019	2.543	-	(2.493)	50
Porticus 2019	312.280	-	(311.849)	431
<b>Total</b>	<b>866.094</b>	<b>4.975.768</b>	<b>(3.526.165)</b>	<b>2.315.697</b>

Os projetos em andamento da entidade visam a melhoria no setor da segurança pública através de pesquisa e fornecimento de dados para análises dos órgãos competentes, os projetos acima possuem os seguintes objetivos:

**(I) Avon** – Seleção e premiação de boas práticas de atendimento às mulheres vítimas de violência nas instituições policiais, no sistema de justiça criminal e iniciativas que atuam em rede. Promoção do diálogo entre policiais, juízes, promotores e pesquisadores no enfrentamento à violência contra a mulher na 13ª edição do Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Produção de pesquisa sobre a relação entre violência doméstica e futebol.

**(II) OSF/OR2018/48584** - Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação.

**(III) Ford 133384** - Desenvolvimento e manutenção institucional da organização, por meio da continuidade das atividades de geração de conhecimento e do desenvolvimento de ações de planejamento, comunicação e inovação.

**(IV) Oak Foundation** - Realizar tipologia para monitoramento dos casos de morte por uso da força policial. Influenciar o debate público das instituições de justiça criminal a respeito do uso da força policial.

**(V) Comissão Arns** – A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns – Comissão Arns quer ajudar na proteção da integridade física, da liberdade e da dignidade humana dos que possam estar ameaçados.

**(VI) CNJ BRA 2018/2019** – Projeto que tem por objetivo o fortalecimento do monitoramento e fiscalização do sistema prisional e socioeducativo.

**(VII) Porticus** – Recursos destinados ao projeto *Women incarcerated and the flow of criminal justice system*.

**(VIII) OSF 2019/41615** - Apoiar as atividades de pesquisa, advocacia e coleta de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para promover políticas e práticas de segurança cidadã que respeitem os direitos no Brasil

**(IX) OSF 2019/42287** - Promover e avaliar programas de redução de homicídios na América Latina e no Caribe.

**(X) Caixa Seguradora 178/2019** - Parceria a construção de projeto para elaboração de protocolos de atendimento às mulheres vítimas de violência, na qual haja a documentação das boas práticas e experiências bem sucedidas nas instituições policiais, voltadas ao atendimento das violências doméstica e sexual, formatando protocolos de atendimento pelas polícias.

**(XI) Porticus 2019** - Recursos destinados ao projeto Evaluation of the APAC model prison units in Brazil (Avaliação do modelo das unidades APAC para o encarceramento feminino no Brasil).

## 10. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade está sujeita a processos fiscais, trabalhista, cíveis e outras. Em bases periódicas, a administração revisa a posição de processos, avalia as probabilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão, quando aplicável, considerando opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis na data de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e os dados históricos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a movimentação dos processos com probabilidade de perda provável, estão assim demonstradas:

	2019	2018
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>299.994</b>	<b>239.994</b>
Provisão (*)	13.043	60.000
<b>Total</b>	<b>313.037</b>	<b>299.994</b>

(\*) Corresponde ao aumento no valor estimado de processos trabalhistas com expectativa de perda provável

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não haviam processos com expectativa de perda possível que requeresse divulgação nas demonstrações financeiras.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido do resultado do período (superávit/déficit) ocorrido.

O Fórum não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

Dessa forma, o déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

## 12. DOAÇÕES

As doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária em nome da Entidade ou pela utilização de recursos tangíveis ou não que lhe sejam disponibilizados a qualquer título por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacionais ou estrangeiras. Os doadores são entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente.

## 13. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita com Prestação de Serviços	356.219	711.571
(-) Impostos Incidentes	(7.764)	(52.116)
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>348.455</b>	<b>659.455</b>

As receitas de prestação de serviços são oriundas de contratos firmados pela organização com órgãos públicos ou internacionais no âmbito da segurança pública. No exercício de 2019, foram executados contratos firmados com:

- (i) Casa Civil do Estado do Ceará (Contrato 044/2015) - Realização do projeto “Pesquisa, desenvolvimento do modelo de gestão e monitoramento do programa pacto por um Ceará pacífico”.

**(ii)** Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina (Contrato PMT/SEMPLAN/UGP LAGOAS DO NORTE N° 24/2018) – Elaboração do Plano Municipal de Prevenção de Violência e Programa de Assistência Técnica e Capacitação Relacionada a Prevenção da Violência.

**(iii)** Banco Mundial (Contrato 7187250) - O objetivo deste serviço é coordenar a organização de uma conferência de alto nível sobre prevenção da violência no Brasil. Isso faz parte da abordagem Programática à prevenção da violência e à segurança pública no Brasil.

**(iv)** Banco Mundial (Contrato 7188789) - O objetivo deste serviço é elaboração e organização do Plano Decenal.

#### **14. TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Em atendimento as Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidades de Lucros, a Entidade registrou contabilmente em 2018 o montante de R\$ 12.227 como trabalho voluntário dos membros do Conselho de Administração.

A estimativa destes valores foi realizada com base nas horas dedicadas pelos membros do Conselho às atividades do Fórum em 2018. Para o exercício de 2019 houve um pequeno volume de horas incorridas na participação de reuniões, não sendo representativas para registro.

O montante referente a 2018 foi contabilizado em contas específicas de receita e de despesa, não afetando o resultado do período e não ocorrendo o desembolso financeiro pela Entidade.

#### **15. DESPESAS COM PESSOAL**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Salários e Autônomos	(525.910)	(437.180)
13º Salário	(27.613)	(37.005)
Encargos Sociais	(181.034)	(204.309)
Férias	(39.796)	(68.697)
Bolsa Auxílio	(31.885)	(18.315)
Vale Transporte	(5.203)	(2.560)
Vale Alimentação e Refeição	(32.143)	(36.373)
Assistência Médica e Odontológica	(41.850)	(58.346)
Outras Despesas	(32.597)	(26.430)
<b>Total</b>	<b>(918.031)</b>	<b>(889.215)</b>

## 16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Serviços prestados por pessoas jurídicas e físicas	(2.112.455)	(1.249.087)
Locações	(125.683)	(120.029)
Energia elétrica	(6.773)	(5.811)
Viagens e estadias	(427.681)	(407.004)
Telefonia e internet	(14.166)	(15.522)
Refeições	(13.763)	(2.582)
Feiras e eventos	(119.814)	(92.146)
Depreciações e amortizações	(13.192)	(10.781)
Materiais de consumo e outros	(7.908)	(16.000)
Outros	(56.676)	(154.462)
<b>Total</b>	<b>(2.898.111)</b>	<b>(2.073.424)</b>

## 17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2019	2018
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	41.177	9.640
	<b>41.177</b>	<b>9.640</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Tarifa Bancária	(18.778)	(14.935)
IOF e IOC	(8.617)	(41)
Juros e Multas	(8.528)	(14.628)
Outras Despesas Financeiras	(577)	(45)
	<b>(36.500)</b>	<b>(29.649)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>4.677</b>	<b>(20.009)</b>

## 18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

## 19. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2019, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.



## **20. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Diante da pandemia da COVID-19 em 2020, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública conforme divulgado em seu website, adiou o 14º Encontro Anual que será realizado em Vitória (ES) no final do segundo semestre de 2020, em data a ser definida. De acordo com a Administração não existem impactos nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019.